

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA**
2 **HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE**
3 **MARÇO DE 2025, NA FERRAMENTA GOOGLE MEET.** Ao dia vinte e seis do mês de março de dois mil
4 e vinte e cinco, instalou-se a 1ª Reunião Extraordinária do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio
5 Paraíba do Sul – CEIVAP, realizada por meio de videoconferência, **com a presença de 22 membros e 29**
6 **convidados** (conforme relação no final desta ata) e **justificadas as ausências**, também como relacionado no
7 final desta ata. Com a seguinte **Ordem do Dia: 1 – Abertura da Sessão; 2 – Apresentação da Ordem do Dia; 3 –**
8 **Apresentação e discussão sobre Automonitoramento para Usuários de Recursos Hídricos de domínio da união**
9 **na Bacia do rio Paraíba do Sul – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA; 4 – Apresentação**
10 **sobre a Academia AGEVAP; 5 – Encerramento. 1 - Abertura da Sessão:** O Sra. Marina de Assis (AGEVAP),
11 cumprimentou a todos e deu início a reunião. **2 - Apresentação da Ordem do Dia:** O Sra. Marina de Assis
12 (AGEVAP) fez a leitura dos itens de pauta da reunião. **3 - Apresentação e discussão sobre**
13 **Automonitoramento para Usuários de Recursos Hídricos de domínio da união na Bacia do rio Paraíba do**
14 **Sul – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA:** A Sra. Viviane Brandão (ANA) se
15 apresentou e iniciou a apresentação falando sobre as frentes de fiscalização da ANA, como fiscalização de uso
16 de recursos hídricos, fiscalização de segurança de barragens e fiscalização da prestação dos serviços públicos de
17 irrigação. Disse que eles têm o desafio de 17 mil outorgas vigentes no Brasil para fiscalizar. Mostrou no mapa
18 onde estão localizadas as barragens, com uma concentração maior no Nordeste. Mencionou que é nesse cenário
19 que eles enxergam o comitê de bacias e a agência de bacia como um importante parceiro para a fiscalização,
20 pois são eles que conhecem, até mais que a ANA, os usuários de recursos hídricos que estão na bacia. Explicou
21 um pouco como funcionava ao longo dos anos a fiscalização. Finalizou falando sobre as ações de interesse,
22 como a campanha de fiscalização, que focará na porção paulista, e a articulação de temas como
23 automonitoramento, saneamento e regulação de usuários. A Sra. Juliana Dias (ANA) cumprimentou a todos e se
24 apresentou. Começou explicando sobre o automonitoramento, que compreende as ações de medir, armazenar,
25 processar e transmitir os dados do uso da água à ANA. Disse que são dados muito importantes, não só para a
26 ANA, mas para outros órgãos gestores, para o próprio comitê, para apoiar o planejamento. Informou sobre as
27 novidades trazidas pela Resolução ANA nº 188/2024, como expansão do automonitoramento para todo o
28 território nacional, ampliação do automonitoramento dos lançamentos de efluente e exigência de telemetria para
29 grandes usuários. Comentou que os parâmetros transmitidos no DURH Anual são volume mensal e finalizou
30 falando sobre as possíveis infrações e as penalidades, como advertência, multa simples, multa diária, embargo
31 provisório e embargo definitivo. O Sr. João Gomes (APROMEPS) fez alguns questionamentos e a Sra. Viviane
32 Brandão (ANA) explicou que o mapa apresentado mostra as outorgas válidas no país, inclusive nas áreas de
33 fronteira, onde a outorga da ANA é mais complexa, mas possível. Comentou que tem a possibilidade de ter
34 automonitoramento no Uruguai, mas a cobrança é semelhante. Em relação às barragens, informou que não
35 saberia responder qual é alternativa viável à implantação de uma barragem, mas acredita que tem outras áreas da
36 ANA que poderiam responder melhor. Ressaltou que vê o barramento como uma estratégia muito relevante,
37 especialmente no Nordeste, devido aos rios que são intermitentes. Disse que o problema da barragem é a
38 necessidade de manutenção. Destacou que sinais sutis podem ser alertas importantes para a segurança da
39 barragem e que o principal é ter alguém responsável por monitorá-la constantemente, identificando mudanças
40 antes que surjam problemas. Mencionou que, em relação ao saneamento, como a política de saneamento é
41 relativamente recente, tem-se uma oportunidade quando uma concessionária entra e assume a prestação de
42 serviço, sendo mais fácil de cobrar e exigir que esse tratamento seja feito. Disse que o problema principal
43 é onde não se tem essa capacidade de resposta, porque não há fiscalização que resolva. Enfatizou que no
44 saneamento não é possível embargar o lançamento de esgoto e nem embargar o abastecimento, sendo assim a
45 ação da fiscalização é muito equipada nesses casos. O Sr. Marcelo Manara (Pref. de São José dos Campos) disse
46 que eles se colocam à disposição para atuar conjuntamente com a ANA em busca de melhores dias e acenos
47 estruturais para a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. A Sra. Moema Versiani (SEAS/RJ)
48 perguntou se essa mudança na plataforma Águas Brasil vai facilitar a adesão para os estados que quiserem
49 utilizar essas ferramentas que foram criadas para a fiscalização. A Sra. Juliana Dias (ANA) disse que a
50 expectativa é essa, e que o conceito da plataforma Águas Brasil é pensado em atender os estados, e decorre
51 muito das tratativas do Pacto das Águas, das assinaturas desses contratos. A Sra. Gisele Boa Sorte (Grupo
52 Águas do Brasil) parabenizou pela apresentação e agradeceu pelo apoio durante todo esse processo. O Sr. Celso
53 Bandeira (UFJF) perguntou se quem lança a montante de um reservatório, no caso a carga de fósforo, que vai
54 provocar também a eutrofização e alta concentração de algas, estaria incluído nessa necessidade fazer a
55 autodeclaração ou o automonitoramento e se uma empresa que capta ou lança em dois municípios diferentes na
56 mesma bacia teria que somar para ver se ela se enquadra na resolução. A Sra. Juliane Dias (ANA) disse que
57 quem está no montante de reservatório a princípio não tem que monitorar o fósforo, até porque eles seguiram
58 conforme o outorgado, e sobre a segunda pergunta disse que não precisa somar. O Sr. Eduardo Rodrigues
59 (IGAM) expressou preocupação com a comunicação sobre o automonitoramento. Destacou a importância de os
60 comitês de bacia entender melhor esse processo e comentou que eles poderiam trabalhar de forma mais ativa
61 principalmente nos comitês interestaduais com o apoio da ANA e dos estados. **4 - Apresentação sobre a**
62 **Academia AGEVAP:** O Sr. Nazen Nascimento (AGEVAP) explicou que a academia AGEVAP tem como
63 objetivo proporcionar um treinamento/capacitação para pessoas que estão no nosso âmbito de trabalho, de forma

que elas possam atender de uma forma mais qualificada os municípios, as empresas, as entidades e assim por diante. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) fez uma introdução dizendo que a academia surgiu da necessidade de capacitar as pessoas envolvidas em recursos hídricos, meio ambiente e saneamento com cursos com foco em inovação e tecnologia. Apresentou a missão, visão e valores da academia, e informou que o curso será na modalidade de pós-graduação lato sensu, ao nível de especialização, com o público alvo sendo colaboradores internos e externos de órgãos públicos e privados com relação direta com as atividades desenvolvidas pelos comitês de bacias hidrográficas, com contrato de gestão com a AGEVAP, a princípio com 200 vagas e que será dada prioridade às pessoas com formação e atividades nas áreas diretamente relacionadas com o escopo do curso. Comentou sobre os formatos das aulas, sendo disciplinas remotas e presenciais. Falou sobre as estratégias de oferta dos cursos, divididas em 3 semestres e sobre as disciplinas ofertadas. Ressaltou que tem a previsão de uma atividade internacional, de visitas técnicas a Alemanha, apenas ofertado para 40 alunos e o relatório de viagem será aceito como o trabalho final de conclusão do curso. Disse, sobre o financiamento, que a ideia é que o curso conte com a parceria dos comitês que optarem pela adesão do projeto e que o número de participantes será proporcional ao investimento realizado. No módulo nacional o custo estimado por aluno é de dez mil reais, incluindo as ajudas de custo. Já no módulo internacional, o custo estimado por aluno é de vinte mil reais, incluindo despesas de hospedagem, alimentação durante a viagem. O Sr. Caio Herman (Pref. de Barra Mansa) disse que é necessário que não só a educação esteja alinhada com a proposta de recursos hídricos, mas as instituições também. O Sr. Eduardo Rodrigues (IGAM) destacou que o que é chamado de capacidade em termos de gestão de recursos hídricos é algo que até as academias estão muito aquém do que precisam. Disse que o que estão apresentando é muito bem-vindo, um ensinamento que precisa ser passado. A Sra. Carin Mühlen (UERJ) parabenizou pela iniciativa e destacou a importância de pensar em estratégias de integrar as universidades que já estão trabalhando juntos com o comitê. O Sr. Nazen Nascimento (AGEVAP) explicou, em relação aos polos definidos, que essas cidades não têm nenhuma relação com a oferta de curso, apenas são três lugares que foram julgados ser geograficamente mais fáceis para as pessoas irem para participar das atividades presenciais, estando abertos para uma eventual mudança. Sobre as integrações com as universidades, disse que é algo que eles pretendem fazer, porém eles vão discutir internamente. Pediu para que, se tiverem sugestão, mandassem mensagem para o seu e-mail da AGEVAP ou para a Sra. Aline Alvarenga. Disse que não há intenção da AGEVAP em concorrer com as universidades que já oferecem cursos dessas áreas, INEA ou IGAM, e sim fazer algo novo que dentro está a ideia de fazer com que os trabalhos de conclusão de cursos sejam temas relacionados com um problema local da cidade. **5 - Encerramento:** Sem mais assuntos, a reunião foi dada como encerrada.

Resende, 26 de março de 2025.

MARCELO MANARA
Presidente do CEIVAP

LISTA DE PRESENÇA

Membros do CEIVAP

RIO DE JANEIRO – Moema Versiani (SEAS/RJ), Fernanda Spitz (INEA/RJ), Caio Herman (Pref. de Barra Mansa), Zenilson Coutinho (ASFLUCAN), João Gomes (APROMEPS), Markus Budzynkz (APEDEMA/RJ), Yurhii Budzynkz (ADEFIMPA)

SÃO PAULO – Ricardo Sivano (Pref. de Piquete), Marcelo Manara (Pref. de São José dos Campos), Camila Reggiani (CIESP Jacareí), Renato Veneziani (Sind. Rural de São José dos Campos), Thiago Eustáquio (Usina Paulista Lavrinhas de Energia), Laurentino Gonçalves (Fundação Christiano Rosa), Elias Adriano (AJADES), Marcos Faria (SAP)

MINAS GERAIS – Eduardo de Araújo (IGAM/MG), Mariana Mattos (AMPAR), Priscila Couto (FIEMG), Claudio Amaral (Agro Indústria Reserva das Gerais), Marcelo Roberto (Furnas Centrais Elétricas), Celso Bandeira (UFJF), Matheus Cremonese (PREA), Djeanne Campos Leão (SEMAD)

Convidados

120 Aline Alvarenga (AGEVAP), Marina Assis (AGEVAP), Daiane Alves (AGEVAP), Júlio César Ferreira
121 (AGEVAP), Raissa Guedes (AGEVAP), Flávio Monteiro (AGEVAP), Maria Clara (AGEVAP), Ana Carolina
122 (Prefacio), Helena Zuntini (SEAS/RJ), Anderson Curty (Pref. de Italva), José Armando (APRUSAM), Itamar
123 Ribeiro (Pref. de Dona Euzébia), Gisele Boa Sorte (Grupo Águas do Brasil), Rômulo Souza (Grupo Águas do
124 Brasil), Osman Silva (ANA), Juliana Dias (ANA), Viviane Brandão (ANA), Diogo Moraes (Pref. de Barra do
125 Pirai), Guilherme Hallack (Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora), Dario Júlio (SABESP), Kamila
126 Soares (SEAPA/MG), Nelson Reis (OMA Brasil), Giselle Menezes (INEA/RJ), Carin Mühlen (UERJ), Marina
127 Valente (Pref. de Muriaé), Sandra Ávila (APROVAC), Vitor Suzuki (SEMIL/SP), Daniel Silva (MCID)

128

129 Resende, 26 de março de 2025.

130